

INTRODUÇÃO

No âmbito do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa constituiu-se em 2019 a linha de trabalho Histórias conectadas, construção do Estado, movimentos sociais e economia política. Nela se reúne uma equipa de investigadores/as que, a partir de perspetivas plurais e percorrendo trajetórias muito diferenciadas, vem trabalhando sobre estas três grandes problemáticas partindo de alguns pressupostos essenciais. O primeiro é de que a modernidade foi marcada pela construção de aparelhos de Estado cada vez mais complexos e sofisticados, empenhados em governar territórios e populações, através de uma multiplicidade de redes administrativas, fiscais, policiais e judiciais. O novo Estado contemporâneo, submetido a uma cada vez mais forte reivindicação democrática procurou adaptar-se e controlar novos mecanismos de legitimação do poder, assentes na constituição de uma esfera pública e na disseminação de diferentes modalidades de organização e mobilização coletiva: das associações aos partidos e aos sindicatos, das petições, às manifestações, às greves e aos motins. Finalmente, constituiu-se um novo regime de produção e consumo, sob a forma de uma Economia Política dirigida à criação de mercados, à circulação de bens e à acumulação de capital.

Em dezembro de 2019, a linha organizou em Lisboa a Conferência Internacional Construção do Estado, Movimentos Sociais e Economia Política. Pretendeu-se reunir investigações originais que incidissem sobre estes eixos de investigação. Privilegiaram-se abordagens focando as conexões entre os processos de construção do Estado Contemporâneo e a sua articulação com os movimentos sociais e o desenvolvimento do capitalismo, com o intuito de dar a conhecer estudos recentes que ilustram os mecanismos de legitimação e os usos da violência nos diferentes regimes políticos, as formas de patrimonialização do poder, a evolução dos ordenamentos jurídicos, o impacto dos conflitos armados e as técnicas de governo empregues em

distintos contextos temporais e espaciais. Uma boa parte das comunicações apresentadas centraram-se na natureza, dimensão e impacto dos movimentos sociais, nos diferentes repertórios de intervenção, protesto e conflitualidade social, nas formas de identidade coletiva (classe, género, etnia), nas ruturas e continuidades ao nível das relações de trabalho, e no recurso à ilegalidade e práticas de transgressão por diferentes grupos sociais.

Neste livro reunimos uma parte das comunicações apresentadas na Conferência, abrangendo diferentes temas e um amplo espectro temporal e espacial, que nos mostram a renovação que tem havido nos últimos anos em torno dos estudos sobre estas temáticas. Estes poderão dividir-se em dois conjuntos: aqueles que, numa perspetiva histórica, ilustram a estreita relação entre, por um lado, o processo da construção do Estado, a crescente politização dos movimentos sociais (Tilly, 1977) e a crescente complexificação dos aparelhos repressivos e da violência do Estado; e os que, focando a atualidade, discutem novas interações entre mobilização social (Stohl, Lichbach e Grabosky, 2017) e poder político.

O primeiro núcleo inclui seis textos que, focados em casos de estudo portugueses se debruçam sobre instituições oficiais e não governamentais e as suas interações com movimentos sociais mais ou menos transgressivos. Paulo Sousa Costa recua à transição do Antigo Regime para o liberalismo, descrevendo o longo debate em torno da extinção dos forais, uma instituição multissecular normativa das relações comunitárias e das comunidades com o poder político. Com base nos periódicos oficiais, analisa este processo como sintomático da emergência do Estado Contemporâneo, não deixando de sublinhar que o prolongamento da controvérsia revela a resiliência das antigas instituições nem de relacionar o debate com o conflito político, envolvendo alargados processos de mobilização e politização. Por sua vez, Evaristo Caixeta Pimenta analisa as práticas eleitorais durante a monarquia constitucional, focando as eleições para o congresso de deputados entre 1842 e 1851. Com base nos protestos registados em abaixo-assinados e atas das assembleias paroquiais, argumenta que a resistência contra o clientelismo, a manipulação e a fraude consubstanciava um ato político e um processo de mobilização coletiva, não obstante a inexpugnabilidade da máquina administrativa. Mais uma vez, revela-se aqui a emergência de novos repertórios de ação coletiva centrados no Estado.

Joana Dias Pereira elenca e destaca os principais tópicos de um projeto alternativo para a construção do Estado, protagonizado pelo associativismo operário e outros movimentos sociais, como o higienista, o do livre pensamento ou o feminista. Durante a crise final do liberalismo português (1890-1933), através da articulação translocal e da organização de congressos nacionais, estes atores políticos apresentam e defendem as suas propostas reformistas, incluindo a extensão das funções sociais do Estado.

No quadro da crise do liberalismo, destaca-se o ciclo de agitação global de 1917-1920, incluindo a Revolução Russa, vitoriosa no final desta conjuntura, sob o impacto da qual emergem novos postulados doutrinários e estratégicos que transformam duradouramente os repertórios de ação coletiva a um nível global, assim como, em vários contextos nacionais, a relação entre o poder político e os movimentos sociais. André Costa Pina observa este processo tendo como caso de estudo a Federação Maximalista Portuguesa e a sua repressão, destacando a criação da Polícia de Segurança do Estado como um mecanismo de repressão política de novo tipo, que virá a caracterizar o regime salazarista.

Sobre os instrumentos repressivos dos autodesignados Estados Novos debruça-se ainda Fábio Faria, neste caso numa perspetiva conectada e transnacional, revelando o reforço do aparelho de vigilância fronteiriço, da colaboração interinstitucional e da cooperação entre as autoridades e as forças nacionalistas portuguesas e espanholas na repressão dirigida aos refugiados espanhóis.

Finalmente, Ana Carina Azevedo, ao descrever os projetos e tentativas de reforma administrativa do Estado Novo, demonstra como também a construção de uma Administração Pública eficiente e a melhoria do desempenho do aparelho de Estado se submetiam ao propósito de preservar um Estado ditatorial e colonial.

É de relacionar parte dos últimos textos com os contributos de Arturo Zoffmann Rodríguez e de Sergio Vaquero Martínez, ambos sobre o período de entreguerras em Espanha. O primeiro foca a falência do reformismo e a deriva autoritária dos governos liberais em face da ofensiva dos movimentos sociais, nomeadamente das organizações operárias de inspiração anarcossindicalista, que antecedeu o golpe militar de Primo de Rivera. O segundo analisa os diferentes projetos de reforma das polícias debatidos na II República Espanhola, a par das práticas protagonizadas, quer pelos executivos, quer pelas forças da

ordem, que, em nome da defesa do regime republicano, assumiram como legítima a suspensão dos direitos civis e reprimiram pesadamente as mobilizações populares.

Finalmente, Maia Kvrivishvili analisa a evolução das identidades políticas na Geórgia desde a emergência dos nacionalismos europeus oitocentistas até à queda da União Soviética, avaliando a relação entre os indivíduos e entre estes e o Estado em conexão com os processos identitários de natureza nacional.

Um segundo núcleo de comunicações, centradas especificamente no contexto brasileiro, observa a relação dos movimentos sociais com o Estado num período mais recente, argumentando que esta relação está na origem de diferentes tipologias de ação coletiva. Rafaela Cyrino, baseada em entrevistas com as principais lideranças de diversos segmentos de luta social na cidade de Uberlândia (Minas Gerais) – movimento estudantil, feminista, negro, de luta pela terra ou pela moradia –, procura distinguir os movimentos sociais mais estruturados e institucionalizados que se articulam mais estreitamente com o aparelho de Estado, submetendo-se à intervenção normativa deste, de outros coletivos, de inspiração anarquista, que privilegiam a autonomia face ao Estado.

Raquel Gomes Valadares e Tomás António Moreira, considerando o movimento de moradores de Vitória da Conquista (Bahia), argumentam que, não obstante o enquadramento da participação popular nos textos legais, a relação estabelecida entre estes e o poder executivo e legislativo não potencia, antes inibe, a mobilização popular, devido às dificuldades no diálogo com a população, à desconsideração dos temas sociais mais latentes, a conflitos de interesse entre os gestores públicos e a comunidade, entre outros entraves à participação.

A relação entre Poder e Movimentos Sociais é analisada ainda em outros contextos muito diversos e sob perspetivas consideravelmente distintas, destacando as múltiplas variáveis intervenientes nestes processos e as conexões entre múltiplos atores e repertórios em diferentes escalas. Bruno Alexandre Reis Costa, descreve a evolução da ação coletiva dos judeus mizrahim oriundos do Magrebe e do Médio Oriente, e nomeadamente o surgimento do movimento dos Panteras Negras de Israel, revelando as intersecções entre classe social e etnia em contexto colonial.

Charly Ndiapi Fora refletindo sobre a tentativa de construção de um Estado democrático e multirracial na África do Sul pós-apartheid, destaca os fatores transnacionais, nomeadamente o imperialismo estrutural, fator de exclusão política e de crescimento da pobreza.

Julien Chandelier debruça-se sobre o impacto da evolução tecnológica, as novas formas de vigilância e controlo, mas também de militantismo e ação coletiva, no “espaço digital”, que não deixam, todavia, de se articular com repertórios mais tradicionais no quadro do Estado-Nação. Finalmente Éric Lucy, numa perspetiva teórica sobre o “paradigma do muro” foca como estas fronteiras materializam relações profundamente assimétricas entre os indivíduos e entre estes e o Estado, de dominação e exclusão e integram um aparelho repressivo legitimado de diferentes formas, como a unidade territorial ou identitária, o conflito ou a ameaça.

Uma das finalidades da conferência internacional que deu origem a este livro foi o de abrir espaço à apresentação pública de novas investigações em torno das temáticas construção do Estado, dos movimentos sociais e da economia política, procurando responder ao objetivo da linha de trabalho Histórias conectadas, construção do Estado, movimentos sociais e economia política, de continuar e renovar a tradição de investigação do Instituto de História Contemporânea acerca destes temas. Assim, esperamos que este livro seja um contributo para o relançar de um novo interesse e de novos olhares que poderão resultar na concretização de investigações e trabalhos originais que permitam renovar o interesse historiográfico por estes objetos de estudo.

Os organizadores do colóquio e do livro agradecem os patrocínios e apoios concedidos pelo Instituto de História Contemporânea, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, sem os quais o evento não se poderia ter realizado.

Joana Dias Pereira

Ana Sofia Ferreira

Manuel Loff